**Limites de certas tradições pós-coloniais no ententimento acerca do lugar do corpo
e do discurso**

Pablo Ornelas Rosa¹

Paulo Edgar da Rocha Resende²

RESUMO

Os “Estudos Subalternos” devem ser entendidos como uma corrente historiográfica que nasce na Índia, tentando traçar uma história daquele país enfatizando os conceitos produzidos naquele país e não aqueles definidos, sobretudo, no ocidente. No entanto, alguns autores tributários dessa tradição ainda incorporam autores que nasceram em países centrais, mas que tem ascendência de outras regiões do planeta. Certamente, uma de suas maiores representantes é Gayatri Spivak (2010), que fundamenta sua análise em uma perspectiva desconstrutivista amparada em Jacques Derrida, no marxismo de Antonio Gramsci, sobretudo, referente à sua noção de classes subalternas, bem como de tradições culturalistas da teoria crítica, lançando críticas veementes ao pós-estruturalismo presente nas análises de Michel Foucault e Gilles Deleuze. Em “Pode o Subalterno Falar?”, Gayatri Spivak (2010) questiona a noção de “agenciamento”, entendendo-a como forma de ação validada institucionalmente, na medida em que argumenta ser impossível articular um discurso de resistência que esteja fora dos discursos hegemônicos. Nesse sentido, parece-nos que a autora visa deslocar o discurso do dominador, colocando o dominado em seu lugar, sem questionar a própria estrutura política institucional que garante a perpetuação do exercício de um poder que perpassa a sua própria institucionalização, ainda através do que Foucault (2007) chamou de governamentalização do Estado. A aposta na permanência e melhoria do Estado, presente em vários autores que seguem de alguma forma o marxismo gramsciano, a exemplo de Spivak (2010), é o exato alvo das críticas apresentadas por Foucault (2010) e de boa parte dos teóricos pós-estruturalistas que muitas vezes acabam sendo situados

¹ Pós-Doutor em Sociologia pela UFPR, Doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP, Mestre em Sociologia Política e Bacharel em Ciências Sociais pela UFSC. Atua como professor nos Programas de Mestrado em Sociologia Política e em Segurança Pública da UVV.

² Doutor e Mestre em Ciência Política pela Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha. Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Atualmente é professor do Programa de Mestrado em Sociologia Política da Universidade Vila Velha – UVV.

ou se situam como anarquistas, conforme argumenta May (1994). Embora o trabalho de Spivak (2010) seja importante não apenas para os estudos pós-coloniais, mas também para certas tradições críticas feministas que se indagam sobre as formas de repressão destinadas aos sujeitos subalternos, acreditamos que a autora tenha construído suas ponderações negligenciando ou não tratando de maneira enfática outros importantes elementos trazidos, por exemplo, pela teoria *queer*, sobretudo, a partir das análises apresentadas pelos autores pós-estruturalistas que pensam o poder não apenas do ponto de vista da repressão, mas da produção. Esse trabalho fundamentado em uma pesquisa etnográfica realizada na internet visa analisar as práticas discursivas de indivíduos e grupos que fundamentam os seus discursos a partir daquilo que passou a ser chamado de “lugar de fala” ou “local de fala” e de que forma as tradições pós-coloniais podem ser incorporadas e refutadas por movimentos que se situam a partir da chamada teoria *queer*.

Palavras-chave: movimentos sociais, minorias, esquerda radical, micropolítica.

Contextualizando

Desde o final da década de 1960, a luta pelos direitos de minorias socioculturais vem pautando um crescente número de movimentos sociais, ampliando o confronto político, que antes se centrava mais em leis e políticas estatais, para o âmbito cultural-identitário (Melucci, 1994). Por definição, este campo também perpassa processos subjetivos e cognitivos, expressado por uma multiplicidade de formas de comunicação e relações pessoais. Neste âmbito de lutas micropolíticas, que produz resistências políticas e culturais na vida cotidiana, novos movimentos têm buscado dar visibilidade e criar sensibilidade sobre suas condições estigmatizantes e/ou subalternas, exigindo mudanças nas interações sociais que envolvam os respectivos grupos a que pertencem.

Cada grupo ou organização de movimento define sua agenda com base na minoria social a qual buscará dar visibilidade, passando por processos de identificação e seleção das características socioculturais que lhe conferem a condição de segmento oprimido e subalterno. Ao observar e participar de alguns movimentos, os autores têm constatado certa tendência que parece crescente entre movimentos radicais de minorias. Militantes que se afirmam ou demonstram ser de outra categoria social, com outras características referentes às condições de gênero, classe, orientação sexual, raça, etnia, hábitos alimentares, afirmações estético-políticas, etc., tendem a não ser aceitos na

mesma militância ou são até mesmo combatidos, caso não compartilhem da utilização dos elementos e signos mais relevantes do movimento em que atuam.

Indivíduos com características biológicas, sociais e/ou culturais pertencentes a qualquer uma das categorias sociais historicamente privilegiadas – como homens, *cis*, heterossexuais, brancos e ricos – ao não dispor do que aqui denominamos “capital subalterno” em certos contextos ou cenários, estão sujeitos a táticas diversas de agressões diretas ou indiretas que visam reduzir seus espaços, suas possibilidades de fala e sua estatura moral. Trata-se, portanto, de uma relação de soma zero em que indivíduos que exercem o capital subalterno somente vislumbram a possibilidade de ganhar espaço, respeito e aceitação da sociedade, mediante a retirada de espaço, respeito e aceitação dos grupos sociais tidos como privilegiados por esses grupos que se reconhecem em uma condição contrária. Assim, a luta que deveria ter o foco contra o privilégio acaba se direcionando para os privilegiados, melindrando as relações intergrupais, produzindo uma espécie de desconfiança prévia a todas suas falas e posturas.

Neste trabalho problematizamos os percursos e significados em que esses movimentos radicais de minorias identitárias buscam retificar as imagens estigmatizadas (Goffman, 2013) que possuem através do deslocamento dos contornos dos sujeitos que ocupam uma condição de subalternidade. Enquanto dispositivos, ou máquinas de fazer ver e fazer falar³, as ações coletivas desses novos movimentos formam “regimes de enunciados” (Deleuze, 2012, p.11) que afirmam a legitimação de seu posicionamento político de resistência através do delineamento das formas da opressão sofridas e da identificação de opressores e oprimidos.

Não obstante, o processo para deixar a condição de oprimidos e embarcar na luta que é simbólica e cognitiva contra opressores requer descolonizar signos e significados com os quais cada ativista é obrigado a conviver diariamente. As lutas políticas produzem constantes questionamentos sobre os processos de subjetivação pelos quais são definidas as características e contornos do mundo em que vivem os militantes e dos indivíduos com quem convivem. Rupturas, distanciamentos e desterritorializações às formas conhecidas de entendimento social, de convivência cotidiana e da prática política estão sujeitas a distintas intensidades. Na medida em que as lutas políticas

³ Nessa definição Deleuze toma emprestado de Foucault a noção de dispositivo, entendendo que as “máquinas de fazer ver e fazer falar” estão compostas de linhas de luz que formam figuras variáveis e próprias de tal ou qual dispositivo (Deleuze, 2012, p.11).

subalternas se distanciam das linhas duras precedentes que definem os conteúdos e as formas da opressão, novos saberes e o exercício de novos poderes ganham potência para crescer e se desenvolver.

O alvo de grupos historicamente oprimidos tem sido a erradicação de formas de opressão bem precisas, aquelas das quais são vítimas históricas. Sendo assim, a importância dessas lutas é indiscutível, dada a urgência de colocar fim a milênios, séculos e/ou décadas de discriminações, estigmatizações, segregações, violências e toda sorte de injustiças sociais que impedem que desfrutem dos mesmos direitos e liberdades do restante da sociedade. Na busca por fortalecer essas lutas e suas potências subversivas, lançamos o olhar para os alcances de sua radicalidade, em outras palavras, nos atentamos à intensidade⁴ com que combatem a opressão e rompem com o sistema social, político e cultural que a sustenta.

Intensidades e potências desertoras na luta contra a opressão

O desafio que se coloca aos movimentos de minorias radicais está tanto em romper com os conteúdos de sociabilidades autoritárias que definem quais sujeitos e grupos socioculturais serão vítimas de opressão, como também com as próprias formas autoritárias de sociabilidade que produzem subalternidade e dominações das mais diversas. Neste sentido, cabe a cada grupo se perguntar como erradicar o patriarcalismo, o racismo, a heteronormatividade o classismo, a transfobia, e diversas outras opressões, sem recorrer ao punitivismo que alimenta e fortalece qualquer sistema social opressor.

O problema é colocado a partir da verificação de ocorrências históricas em que há inversão da condição de opressão, tornando o oprimido um novo opressor. Veja-se por exemplo o caso dos judeus, que após serem longamente estigmatizados por europeus e dizimados pelos nazistas, tem dispensado aos palestinos tratamentos bastante semelhantes aos que os negros sofreram durante o Apartheid sul-africano. É também o caso da Revolução Russa, que substituiu a ditadura da burguesia pela ditadura do proletariado na expectativa de que ao inverter as condições de dominação, elevando a

⁴ A perspectiva analítica da intensidade da ação, que propomos, se baseia, principalmente, nas noções de Deleuze e Guattari sobre linhas duras, habituais, que percorrem planos estriados; linhas flexíveis, ambíguas, circulam sobre planos lisos, com desterritorializações relativas e oscilando entre as duas outras linhas; e as linhas de fuga, que implicam em desterritorializações absolutas (Deleuze e Guattari, 1996, p. 58-75).

classe oprimida à condição da classe opressora, seria possível consagrar os objetivos de liberdade e igualdade.

A violência em que as lutas pela libertação é acometida contra indivíduos em condições de dominação foi criticada por Bakunin, que, vislumbrando revoluções sociais, lança as linhas mestras do abolicionismo penal e considera mais útil a violência aplicada a propriedades, instituições e o Estado:

Todos os revolucionários, os oprimidos, as vítimas da atual organização da sociedade, cujos corações estão, por suposto, cheios de vingança e ódio, devem lembrar-se de que os reis, os opressores, os exploradores de todo tipo são tão culpados quanto os criminosos procedentes das massas: são delinquentes mas não culpados, dado que também são como os criminosos comuns, produtos involuntários da atual organização da sociedade (Bakunin, 1868, s/p).

A tática de atacar as bases do sistema político, econômico, social e cultural ao invés de atacar os indivíduos que o reproduzem, para Bakunin, trata-se de aprendizado histórico a partir da mal denominada Revolução Francesa:

(...) a terrível guilhotina de 1793, que não se pode acusar nem de preguiçosa, nem de lentidão, não teve êxito em destruir a nobreza na França. A aristocracia não foi completamente destruída, mas sim profundamente abalada, se não pela guilhotina, mas pelo confisco e venda de seus bens. E, em geral, pode-se dizer que as matanças políticas nunca mataram os partidos; resultaram impotentes contra as classes privilegiadas (Bakunin, 1868, s/p).

É certo que as resistências, por vezes violenta dos oprimidos não deve ser equiparada à violência dos opressores, pois ao ser estrutural mais que individual, esta ocorre de forma onipresente e sistemática, requerendo dos subalternos ações de autodefesa. Ainda que compreensíveis, com vistas a produzir transformações profundas nas relações sociais essas violências se demonstram pouco eficazes. A anarcifeminista Emma Goldman sugere atenção para adequar as formas da luta a seus objetivos. Uma sociedade livre de opressão e autoritarismo será construída a partir de lutas sociais sem novas opressões e autoritarismos:

Os métodos revolucionários devem estar em harmonia com os fins revolucionários. Os meios utilizados para promover a revolução devem estar em harmonia com seus propósitos. Em resumo, é preciso que os valores éticos que a revolução pretende estabelecer na nova sociedade sejam aplicados desde o início das atividades revolucionárias do assim chamado “período de transição”, pois eles só poderão servir como uma verdadeira e segura ponte para a nova vida se forem construídos com os mesmos materiais da vida que se quer alcançar (Goldman, 1977, p. 148-149).

Importante pontuar que revoluções sociais, do ponto de vista de anarquistas como Goldman e Bakunin, vão muito além de simples melhorias nas condições de vida das classes subalternas e definitivamente transcendem à lei do Estado e à administração de sua burocracia. Trata-se de transformações fundamentais nas relações humanas, tal como o explicita Goldman ao discorrer sobre o fracasso da Revolução Russa em promover mudanças substantivas:

(...) a grande missão da revolução, da revolução social, é uma transposição fundamental de valores. Uma transposição não apenas dos valores sociais mas dos valores humanos, estes até mais importantes, já que são a base de todos os outros. Nossas instituições e as condições em que vivemos estão fundadas em ideias profundamente enraizadas. Mudar essas condições, deixando ao mesmo tempo intactas as ideias e valores subjacentes, significa que houve apenas transformações superficiais que não poderiam ser permanentes nem trariam qualquer melhora real. E que seriam apenas mudanças de forma, não de substância, como ficou tragicamente provado na Rússia” (Goldman, 1977, p. 145).

Os anarquistas insistem que “para fazer uma revolução radical deve-se atacar as posições e as coisas, destruir a propriedade e o Estado” (Bakunin, op. cit). Não é por acaso. A divisão social em castas, grupos, classes e identidades culturais servem ao controle social intrínseco ao Estado. Com o Tratado de Westphalia, no século XVII, se estabeleceu a fundação do Estado Nação moderno, determinando para cada Estado a soberania sobre seu território e o monopólio da violência sobre seu povo, definido por uma identidade nacional homogeneizante e excludente. Para controlar e governar seu povo, as instituições estatais determinam a variedade étnica, linguística e o comportamento social adequado para o gozo da cidadania que serão estipuladas nos séculos subsequentes. O endurecimento da divisão social em segmentos indentitários para além das multiplicidades socioculturais de qualquer sociedade, servem às agências de estatística e de controle social do Estado (*cf.* “Micropolítica e Segmentaridade” in Deleuze e Guattari, 1996 e Deleuze, 2008). Simplifica-se as diversidades para domesticar, disciplinar, tornar os corpos úteis, fazendo da multidão o alvo das tecnologias de governo, e justificando, assim, a soberania sobre o território (*cf.* “A Governamentalidade” in Foucault, 2007).

Todo movimento de resistência que se propõe a transformar radicalmente seja o sistema de organização social e política, seja as relações sociais e seus processos subjetivos de identificação dos sujeitos, está sujeito ao “viver perigosamente” nietzschiano. Isto é, trilhar caminhos não percorridos anteriormente e buscar respostas para os desafios e problemas na medida em que vão surgindo. Resistir à colonização,

que pode também ser chamada de sistema de captura, de domesticação e imposição de percepções sociais validadas como corretas, ou mesmo toleráveis, implica certamente em questionar, rejeitar e confrontar.

O nível de criatividade de um movimento ou a medida em que se reproduz condutas habituais variam conforme o movimento se desterritorializa de seus marcos de referência cognitiva e se abre para o novo, sem deixar de se autoquestionar. Independente das situações enfrentadas em cada contexto, as experiências prévias e a cultura política dos ativistas influenciam ou determinam em grande medida a forma como os movimentos conduzem suas lutas (McAdam, 1994).

Singularidades e resistências micropolíticas ao marxismo e ao fascismo

Conjecturamos que o marxismo, em especial sua tradição gramsciana, exerce sobre os novos movimentos de confronto sociocultural da esquerda radical uma especial influência sobre tais posturas de luta, marcadas pela dicotômica disputa por hegemonia. Essas disputas perpassam o processo de produção de inclusão/exclusão de militantes da luta política, da identificação do opressor e do oprimido e dos enunciados opressores ou de resistência. O processo de produção da consciência de classe é difuso e pode abarcar ampla miríade de possibilidades. A persistência de referenciais marxistas e suas concepções de conflito nos novos movimentos sociais tem sido verificada por diversos autores (McAdam, 1994; Laraña 1994; Day, 2005).

A radicalidade em termos marxistas implica na ação revolucionária que não extingui a centralidade e hierarquização das relações de poder, as inverte levando os oprimidos a toda violência e concentração de poder que julga-se necessária para resistir e combater ao opressor. Qualquer sutileza na ação contra os opressores está sujeita a ser identificada como reformista, conivente ou microopressora, na medida em que não embarque na luta deflagrada pelas vanguardas.

O ideal revolucionário se inicia, assim, com a rotulação identitária daqueles com quem se compartilha da legitimidade conferida pela condição de oprimido, ou capital subalterno, e pela rotulação de opressora a toda e qualquer contradição a militantes ou a táticas de luta estabelecidas pelas vanguardas. Tal processo, por uma questão ontológica, acaba sendo marcado por dois grandes perigos às lutas antifascistas: o essencialismo e o purismo. O primeiro, se visualiza na identificação de algumas condições pré-definidas biológica, econômica ou culturalmente, e que determinarão o que chamamos de capital subalterno; o segundo, pela exigência de que essas condições

somente se satisfaçam mediante uma pureza do indivíduo entre as condições previamente admitidas como historicamente estigmatizadas, oprimidas e subalternas.

O principal problema que tais lutas apresentam à busca de superação do fascismo nas práticas da vida cotidiana e do autoritarismo nas lutas sociais, está justamente na reprodução do binarismo e da micropolítica transcendente produzida pelo Estado e por qualquer indivíduo que julga ao outro com base em uma pré-construção simbólica do sujeito, geralmente carregada de preconceitos e estigmas sociais. Como já comentado, as identificações binárias utilizadas pelo Estado possuem uma implícita vocação de controle, pois se reduz a diversificação social para que possa ser facilmente rotulada, categorizada, julgada e, sobretudo, controlada.

Nas sociedades de controle (Deleuze, 2008), desenvolvidas e ampliadas pelas redes de informação e de tecnologias digitais, as condutas são facilmente controladas, vigiadas, categorizadas e julgadas. Se a luta é micropolítica, todas as possíveis microopressões serão condenadas e combatidas, se tornarão o próprio foco da luta social. A dificuldade na busca pelo micro, no entanto, é não cair na condição persecutória sobre a conduta e a fala de qualquer indivíduo que provenha de outras vivências ou que compartilhe de um status social privilegiado.

Essa condição persecutória, ao mesmo tempo que se compõe como arma, é a principal limitação desses movimentos. Seus ativistas acreditam estar lutando por legitimidade e por microtransformações sociais instantâneas. Entretanto, produzem negações de afetos, rejeições e exclusões. Suas potências de devir, de se mestiçar, afetar e ser afetado são interrompidas, entrecortadas pela desconfiança permanente em se relacionar, ou pior ainda, militar na companhia de um possível opressor. Em lugar de criar singularidade, os processos subjetivos de criação de estigmas são reproduzidos, impedindo as formas autoritárias de sociabilidade ruírem, já que encontram na estigmatização a própria força de afirmação de uma suposta superioridade (Goffman, 2013). O movimento funciona numa dinâmica centrípeta de auto exclusão de seus recursos mais valiosos, o capital humano, para valer-se de sua arma de auto aniquilação, a identificação constante do micro opressor.

No limite, essa busca incessante em castrar o diferente pode estar partindo de uma postura um tanto narcísica por parte do agente, uma vez que a desvalorização subjetiva das características do outro é produzida concomitantemente à afirmação das próprias qualidades e potências. Enquanto Foucault incita a libertar-se das “velhas categorias do Negativo (a lei, o limite, a castração, a falta, a lacuna)” (Foucault, 2006,

p.32), para viver uma vida não fascista, muitos ativistas tem visto nessas estratégias, típicas de grupos dominantes, uma forma de empoderar e recuperar a autoestima dos sujeitos subalternos estigmatizados socialmente. É sem dúvida importante que as diferenças singulares desses grupos sejam reconhecidas e valorizadas. Entretanto, as afirmações e valorizações de singularidades quando excluem outras possibilidades de existência, flertam severamente com o fascismo, ao vislumbrar certa unificação e homogeneização social (*idem*).

A micropolítica da imanência, quando sobrepuja a da transcendência, se apresenta disposta a ver o outro conforme ele se revele em sua natureza, em suas paixões, em suas potencialidades de afeto e suas intensidades de busca de aceitação e compreensão do outro (Deleuze e Guattari, 1996). A tentativa de trânsito entre universos distintos implica disposição a beber de outras águas, a vestir-se de outras modas, enfim, experimentar outras vivências. O ser nômade segue em fluxo contínuo, seja harmônico ou disruptivo, com ou sem interrupções que alternam o congelamento de planos subjetivos singulares, geralmente algo que lhes convenha, que lhes interesse naquele momento. Busca fazer novas conexões distintas daquelas que já tem cartografado, desenhado e reproduzido em seus relevos e sinuosidades dos caminhos já percorridos.

Richard Day (2005) sugere o termo “novíssimos movimentos sociais” para designar os novos movimentos que conseguiram superar a luta por hegemonia e contra hegemonia, rejeitando a produção de novas dominações. Os novíssimos se revelam de tendência anarquista, justamente por permitir e se abrir à multiplicidade, às diversidades de éticas e estéticas da existência. Como visto, os anarquistas sugerem a implosão dos sistemas de dominação com repertórios de ação direta. Está para ser definido como esses repertórios podem ser adaptados por movimentos combativos centrados principalmente em estigmas e processos subjetivos. Na resistência ao higienismo social e ao segregacionismo fascista, as lutas anarquistas se apresentam como estilo de vida (*cf.* Bookchin, 2010) se sustentando nas micropolíticas da vida cotidiana. Agem pela negação de toda e qualquer autoridade. A desobediência coletiva e a rejeição frontal a processos de dominação sobre cada indivíduo têm sido registradas por escritos filosóficos desde pelo menos o século XVI, com La Boétie (2009):

(...) não é preciso combater esse único tirano, não é preciso anulá-lo; ele se anula por si mesmo, contanto que o país não consinta a sua servidão; não se deve tirar-lhe coisa alguma, e sim nada lhe dar; não é preciso que o país se esforce a fazer algo para si, contanto que nada faça contra si. Portanto são os próprios povos que se deixam, ou melhor, se fazem dominar, pois cessando de

servir estariam quites; é o povo que se sujeita, que se degola, que, tendo a escolha entre ser servo ou ser livre, abandona sua franquia e aceita o jugo (LA BOÉTIE, 2009, p. 30).

Das classes sociais ao capital subalterno: percursos teóricos

A noção de luta de classes localizada principalmente nos escritos de Karl Marx que datam o século XIX, passou por uma espécie de desdobramento proto-culturalista refinado com a emergência dos escritos de Antônio Gramsci no século XX, possibilitando uma leitura mais “aberta” e elástica do marxismo, conforme mostrou Hall (2011). Ao acreditar que a estrutura geral da teoria de Marx necessitava de constantes desenvolvimentos teóricos ao ser aplicada a novas condições contextuais e históricas, já que o pensamento desse autor se dava a partir da utilização do método dialético, Gramsci (1999; 2011) acabou colocando em pleno funcionamento conceitos que o marxismo ainda não havia fornecido, mas sem os quais não seria possível essa tradição teórica explicar adequadamente a complexidade de certos fenômenos sociais hodiernos que ultrapassam os limites de uma construção de cunho economicista, ampliando possibilidades interpretativas que passaram a abarcar o campo cultural.

Gramsci (1999; 2011) propôs uma nova leitura acerca da noção de luta de classes, abarcando outro campo que até então era menosprezado por grande parte dos autores tributários da tradição marxista. Embora não tenha escrito sobre raça, etnia ou racismo, acerca de seus significados e/ou de suas manifestações contemporâneas, além de não ter analisado profundamente as experiências coloniais ou mesmo o colonialismo que revelaram emergentes racismos presentes em sua época, Gramsci direcionou sua atenção ao seu país, centrando suas análises posteriores à construção socialista tanto da Europa ocidental quanto oriental, ao fracasso das revoluções nas sociedades capitalistas desenvolvidas no ocidente, a ameaça do emergente fascismo, assim como a importância do partido na construção da hegemonia, conforme mostrou Hall (2011).

Ainda que o autor não tenha escrito sobre racismo, deixando de abordar esse assunto de maneira mais direta, os conceitos construídos por ele permitiram o desenvolvimento de desdobramentos extremamente importantes para outras teorias sociais, a exemplo dos estudos culturais propostos pela chamada Escola de Birmingham, assim como grande parte das teorias pós-colonialistas. No entanto, foi através de certa proposição fundamentada na elasticidade do conceito de classes sociais apresentada por Gramsci (1999; 2011), para além de uma perspectiva reducionista ao campo da

economia, que essa noção se ampliou atingindo um campo cultural e suas relações de dominação por meio daquilo que o autor chamou de classes subalternas.

(...) o que “lidera” em um período de hegemonia não é mais a “classe dominante” da linguagem tradicional, mas um bloco histórico. Esse termo se refere decisivamente à “classe” como um nível determinante da análise; mas não traduz todas as classes diretamente sobre o palco político-ideológico como atores históricos unificados. Os “elementos de liderança” em um bloco histórico podem ser apenas uma fração da classe econômica dominante – por exemplo, capital financeiro, em vez do capital industrial; o capital nacional, em vez do capital internacional. Junto com estes, dentro do “bloco”, estarão os extratos das classes subalternas e dominadas que foram conquistados através de concessões e compromissos específicos e que formam parte da constelação social, mas ocupando uma função subordinada (Hall, 2011, p. 294).

No entanto, foi também no século XX, sobretudo, a partir da emergência da chamada teoria do capital humano, advinda da escola econômica de Chicago, que vimos emergir certo sujeito histórico de nossa época que Foucault (2008) chamou de *homo œconomicus* e que, de alguma forma passou a incidir nos movimentos sociais através da mobilização de certas identidades ou classes que passaram a operar aquilo que estamos chamando de capital subalterno. A emergência dessa nova razão empreendedora, que se sobrepôs ao poder soberano decorrente de sua coerção através da razão de Estado, passou a incorporar tecnologias disciplinares concomitantemente àquilo que Foucault (2008) chamou de biopolítica, tendo como inspiração a formação de um sujeito produtor de si mesmo que transforma seu corpo em um material humano de investimentos visando exclusivamente ganhos através de um esforço fundamentado no cultivo do fortalecimento de um *self* empreendedor.

O *self* deve ser um ente subjetivo, ele deve aspirar a autonomia, lutar por realização pessoal em sua vida terrena, interpretar sua realidade e destino como uma questão de responsabilidade individual e encontrar significado na existência moldando sua vida através de atos de escolha (Rose, 2011, p. 210).

Esse modo como a noção de *self* se insere na cultura administrativa, mostra de que forma as técnicas psicológicas foram introduzidas como dispositivos que observam, analisam e agem sobre a subjetividade, alterando o gerenciamento do sujeito em desenvolvimento na medida em que incentiva a procura constante pela ênfase na autonomia e investimento em si. Mas, nesse ponto o que menos chama a atenção é a constituição de uma forma singular de gerenciamento sobre os sujeitos, que na perspectiva do *self*, busca intensificar as responsabilidades provocadas pelas ações individuais, supostamente “autônomas”, e assim, podendo agir em duas frentes:

direcionando metas para alcançar determinados objetivos individuais e reconhecer falhas e resultados (Rosa; Puzio, 2013).

Essa emergente racionalidade administrativa contemporânea discursa, cria, proporciona e produz nos e aos sujeitos um poder de “escolha” que alimenta, em termos de ganhos, um conjunto de somatórias que poderá compor o seu capital humano, além de potencializar o exercício de certo capital subalterno através da mobilização de discursos cunhados em práticas discursivas identitárias presentes nos denominados novos movimentos sociais. Desse modo, a configuração do exercício do poder que Foucault (2000; 2007; 2008) apontou se enquadra nessa perspectiva, na medida em que para ele, o poder não pode ser pensado restritamente a partir de sua função de repressão e negação da subjetividade dos que estão sobre sua ação.

O poder para Foucault (2000; 2007; 2008) é pensado na ótica neoliberal estadunidense emergente a partir dos campos administrativos, que visam apreender a subjetividade de cada sujeito através de seu gerenciamento e modelagem, investindo sobre eles características de uma produtividade institucional. Assim, a emergência da compreensão dos sujeitos como dotados de um *self*, ou seja, de uma subjetividade singular, mostra como essa nova governamentalidade emergente age em forma de apreensão deste e, posteriormente, de sua regulação por meio da liberdade.

Esse dispositivo apreendido pelo indivíduo que o induz a pensar sempre em termos de ganhos durante e sobre sua vida, é mobilizado como recurso para as novas formas de cálculos e estratégias administrativas contemporâneas, localizadas por Foucault (2008) nesta nova racionalidade neoliberal estadunidense que prepondera às demais relações econômicas encontradas em nossa época, responsáveis pela produção de um sujeito chamado pelo autor de *homo oeconomicus*.

Para Rose (2011), essas tecnologias apresentadas por Foucault (2000; 2007; 2008) agem através de formas administrativas que passam a ser tratadas como uma espécie de orquestração calculada das atividades dos sujeitos sob certa racionalidade prática dirigida a certos objetivos. Segundo o autor, elas visam tanto maximizar certas capacidades dos indivíduos quanto restringir drasticamente outras através da governamentalização daqueles tipos de saberes apresentados como legítimos. Dentre eles, o campo científico, que age por meio de certa economia política da legitimidade operada por certos capitais, através de *habitus* específicos que não apenas atuam nesse campo acadêmico que busca do monopólio pela verdade, conforme os termos apresentados por Pierre Bourdieu (2011), mas também operam no campo dos

movimentos sociais através da legitimação dos discursos hierarquicamente amparados na fala em primeira pessoa.

Ao apresentar uma crítica ao estruturalismo, Bourdieu (2004) apresenta um debate epistemológico que questiona veementemente o paradigma universal apresentado por essa tradição do pensamento, que pode ser muito bem utilizado no entendimento do que estamos chamando de capital subalterno e da forma com que ele passa a ser mobilizado. Essa universalização é exatamente presumida através da aceitação de uma classe ou sujeito subalterno que ocupa da mesma forma uma mesma condição estabelecida pelo corpo que habita indistintamente os mais diferentes mundos sociais.

Da mesma forma com que Gramsci (1999; 2011) - e demais tributários da tradição marxista iniciada com esse autor - localizou certa limitação da noção de classe social, Bourdieu (2004) também apontou críticas a essa construção marxista não apenas questionando o entendimento sobre o capital situado exclusivamente ao campo econômico, mas também distinguindo o que entende por *classe real* e *classe no papel*.

Porém, assim como o subjetivismo predispõe a reduzir as estruturas às interações, o objetivismo tende a deduzir as ações e interações da estrutura. Assim, o erro maior, o erro teoricista encontrado em Marx, consistiria em tratar as classes no papel como classes reais, em concluir, da homogeneidade objetiva das condições, dos condicionamentos, e portanto das disposições, que decorre da identidade de posição no espaço social, a existência enquanto grupo unificado, enquanto classe. A noção de espaço social permite escapar à alternativa do nominalismo e do realismo em matéria de classes sociais: o trabalho político destinado a produzir classes sociais enquanto *corporate bodies*, grupos permanentes, dotados de órgãos permanentes de representação, de siglas, etc., tem muito mais possibilidade de ser bem-sucedido na medida em que os agentes que se pretendem reunir, unificar, constituir como grupo, estiverem mais próximos no espaço social (logo, pertencentes à mesma classe no papel). As classes no sentido de Marx estão por fazer-se mediante um trabalho político que possui tanto mais possibilidades de ser bem-sucedido quanto mais se munir de uma teoria bem fundada na realidade, logo, mais capaz de exercer um efeito da teoria – *theorien*, em grego, quer dizer “ver” -, isto é, de impor uma visão das divisões (Bourdieu, 2004, p. 155-156).

Ao verificar a possibilidade de mobilizar diferentes recursos no intuito de exercer poder por meio de capitais construídos, sobretudo, através de certas representações que atravessam os corpos dos sujeitos que o reivindicam, Bourdieu (2004) mostrou a emergência das chamadas estratégias de condescendência, na qual os agentes se ocupam de uma posição superior em uma das hierarquias construídas no espaço objetivo do campo analisando que negam simbolicamente a distância social, garantindo a permanência de certo exercício de poder e assegurando as vantagens do

reconhecimento estabelecido a uma denegação simbólica. A partir dessa constatação, presumimos que “os agentes estão distribuídos no espaço social global, na primeira dimensão de acordo com o volume global de capital que eles possuem sob diferentes espécies, e, na segunda dimensão, de acordo com a estrutura do capital, isto é, de acordo com o peso relativo das diferentes espécies de capital” (Bourdieu, 2004, p. 154).

Ao visar a superação da chamada oposição artificial que emerge da relação entre as estruturas e as representações, Bourdieu (2004) propôs um rompimento com um modo de pensamento que chamou de substancialista, que leva a um não reconhecimento de outras realidades além daquelas que se oferecem à intuição direta na experiência cotidiana dos sujeitos e grupos. Portanto, ao afirmar que “as distâncias sociais estão inscritas no corpo, ou, mais exatamente, na relação com o corpo, com a linguagem e com o tempo” (Bourdieu, 2004, p. 155), o autor estabelece que a emergência de certo capital pode ser mobilizado como recurso que reivindica o exercício de poder através de um suposto capital ocupado em determinado espaço social através de mobilizações discursivas que operam atravessando os corpos e os discursos que os perpassam. É a partir dessa condição que o autor presumirá a relação entre dominantes e dominados.

Contudo, nesse trabalho estamos propondo que a relação entre dominantes e dominados, bem como os demais elementos que compõem o que Bourdieu (2004) chamou de *habitus*, dependerá exclusivamente do campo e do espaço social ocupado pelo sujeito. Sendo assim, embora reconheçamos que a condição de homem, branco, europeu, intelectual, heterossexual, heteronormativo, etc. presuma certa condição de dominação em grande parte dos espaços sociais compartilhados com demais indivíduos, estamos propondo que em outros campos, como, por exemplo, em certos movimentos sociais que operam a partir da legitimidade atribuída a certa condição ocupada pelos sujeitos, sobretudo, através de seus corpos, essas características representem uma condição de dominação não necessariamente no sentido ontológico, mas em sentido discursivo, principalmente no que se refere a fala em primeira pessoa, já que parte desses grupos fundamentam suas representações e/ou práticas discursivas na governamentalização de um sujeito universal, algo repudiado pelo autor (Bourdieu, 2004).

A procura por formas invariantes de perceber ou de construir a realidade social acaba por dissimular diversos elementos presentes nessas construções discursivas, conforme ponderou Bourdieu (2004) ao compreender que essa construção social não apenas opera em um vazio social, na medida em que está submetida a coações

estruturais estabelecidas pelos grupos dos quais fazem parte aqueles que reivindicam o exercício desse capital, como também age a partir das estruturas estruturantes, ou seja, das estruturas cognitivas que também são socialmente estruturadas.

No entanto, no caso do capital subalterno, verificamos que há um deslocamento construído hierarquicamente que estabelece certas condições em que um determinado campo e/ou espaço social dos privilégios apresentados por certos indivíduos ou grupos são tratados como elementos deslegitimantes, uma vez que estes sujeitos ocupam o lugar de dominantes. Por outro lado, aquelas características que configuram a condição de dominados podem aparecer como recursos a serem mobilizados através de justificativas que operam no e através do corpo, legitimando discursos que invertem a lógica de dominantes e dominados e o próprio exercício do poder através do discurso operado pela condição de subalternidade ou estigma, por exemplo.

Como para Bourdieu (2004) a construção da realidade social não é apenas um empreendimento individual, ela também pode operar como um empreendimento coletivo em que, em nosso entendimento, o próprio grupo que se encontra em uma suposta condição de subalternidade e/ou de estigma pode alterar sua interpretação acerca das estruturas estruturantes presentes na realidade social, invertendo a relação entre dominantes e dominados, já que “as representações dos agentes variam segundo sua posição (e os interesses que estão associados a ela) e segundo seu *habitus* como sistema de esquemas de percepção e apreciação” (Bourdieu, 2004, p. 158).

Em síntese...

As questões micropolíticas que compõem as zonas de batalha dos novos movimentos sociais – racismo, heteronormatividade, transfobia, classismo, entre outras – tem sido combatidas com as mesmas armas com que processos de dominação ocorrem em todos os meios sociais: com afirmações identitárias, estigmatizações e exclusões sociais. Detectamos as origens desse processo na herança marxista, particularmente de tendência gramsciana, nas redes de ativistas e movimentos sociais que atuam no cenário.

O desafio posto para os movimentos radicais de minorias é lutar contra a opressão na vida quotidiana, sem gerar novas opressões, acabar com o autoritarismo sem serem autoritários. Isto é, superar as disputas por hegemonia, que, desde Gramsci, tem proposto combatê-la com processos de contra-hegemonia. A outra cara da mesma moeda.

Nesses processos contra-hegemônicos, ativistas de movimentos radicais de minorias têm se legitimado na luta através de um dispositivo que denominamos capital subalterno. Formado pela composição dos recursos identitários considerados oprimidos, estigmatizados, subalternos, e, portanto, legítimos para a luta, como principalmente as questões de gênero, orientação sexual, raça, etnia, classe social, dentre outros muitos. O grande problema que localizamos nesse processo de identificação e rotulação de ativistas válidos é não somente o de exclusão de possibilidades de reconhecimento da imanência revolucionária em outras singularidades e outros grupos sociais, mas o risco de presumir e difundir certos essencialismos e purismo bastante próximos dos posicionamentos fascistas que se utilizam do punitivismo em suas práticas cotidianas.

Referências

- BAKUNIN, Mikhail. **Estatutos secretos da Aliança: Programa e objeto da Organização Revolucionária dos Irmãos Internacionais**. Trad. Frank Mintz. 1868. Disponível em: <http://www.cabn.libertar.org/wp-content/uploads/2012/02/Bakunin_-_Estatutos_secretos_da_Aliança.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- BOOKCHIN, Murray. **Anarquismo crítica e autocrítica**. São Paulo: Hedra, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.
- DAY, Richard. **Gramsci is Dead: anarchist currents in the newest social movements**. Londres: Pluto Press, 2005.
- DELEUZE, Gilles. Qué es un dispositivo?. In DELEUZE, Gilles e TIQQUN. **Contribución a la Guerra en Curso**. Madri: Errata Naturae, 2012.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Vol. 3. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*. In _____. **Conversações**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. Introdução à vida não fascista. In **Comunicação & Política**, vol. 24, n.2, p.229-33, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Ed. Graal, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2013.
- GOLDMAN, Emma. O Fracasso da Revolução Russa. In WOODCOCK, G. (org.) **Os Grandes Escritos Anarquistas**. Porto Alegre: L & PM Editores, 1977. p. 140-149.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1999.

- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol 2. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2011.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.
- LA BOÉTIE, Étienne de. **Discurso da Servidão Voluntária**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2009.
- LARAÑA, Enrique. Continuidad y unidad en las nuevas formas de acción colectiva. Un análisis comparado de movimientos estudiantiles. In LARAÑA, E. e GUSFIELD, J. (orgs.) **Los Nuevos Movimientos Sociales: de la ideología a la identidad**. Madri: CIS, 1994.
- MELUCCI, Alberto. Qué hay de nuevo en los nuevos movimientos sociales?. In LARAÑA, E. e GUSFIELD, J. (orgs.) **Los Nuevos Movimientos Sociales: de la ideología a la identidad**. Madri: CIS, 1994.
- MCADAM, Doug. Cultura y Movimientos Sociales. In LARAÑA, E. e GUSFIELD, J. (orgs.) **Los Nuevos Movimientos Sociales: de la ideología a la identidad**. Madri: CIS, 1994.
- ROSA, Pablo O.; PUZIO, Marcelo. Governamentalizando o empreendedorismo de si: Como as “psico-ciências” fomentam a produção do *homo economicus*. In **Revista Sociologias Plurais**. Vol. 01. N. 02. Curitiba. Programa de Pós-Graduação em Sociologia –PPGS. Universidade Federal do Paraná – UFPR. Agosto de 2013.
- ROSE, Nikolas. **Inventando nossos Selves**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.